



**POMI FRUTAS S.A. (em recuperação judicial)**  
**Companhia Aberta**  
**CNPJ/MF nº 86.550.951/0001-50**  
**NIRE nº 42.300.010.456**

**COMPANHIA ABERTA**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) DE 30 DE ABRIL DE 2018**

Prezados Senhores,

A Administração da POMI FRUTAS S.A. ("Pomi Frutas" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas sua proposta sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2018, nos termos abaixo propostos.

Todas as informações e os documentos referidos nesta proposta e previstos no artigo 9, inciso III, e parágrafo 1º, inciso II; artigo 10, e artigo 12, todos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores ([www.pomifrutas.com.br/](http://www.pomifrutas.com.br/)) e nos sites da CVM e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), bem como foram contemplados nos Anexos I a IV da presente proposta.

O Anexo I se refere ao Anexo 9-1-II da ICVM 481 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício.

O Anexo II, elaborado na forma preconizada pelo item 10 do Formulário de Referência, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480"), registra os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia e tem por objetivo fornecer aos acionistas uma análise global dos negócios da Companhia.

O Anexo III, contendo as informações referentes aos membros do Conselho de Administração, foi elaborado na forma preconizada nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

O Anexo IV, referente à remuneração dos Administradores, foi elaborado em conformidade ao item 13 do Formulário de Referência, constando a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2018 do seu item D.

**A. CONTAS DOS ADMINISTRADORES, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

As demonstrações financeiras e o relatório da Administração da Companhia foram elaborados pela Diretoria, auditados pelos Auditores Independentes e aprovados pelo Conselho de Administração , e



estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da BM&FBOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da Companhia ([www.pomifrutas.com.br](http://www.pomifrutas.com.br)).

## **B. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

O prejuízo líquido da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi de R\$ 20.051 mil.

Desta forma, em conformidade ao disposto no artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404”), e com o que consta das demonstrações financeiras da Companhia, não há destinação de lucros por conta da apuração de prejuízo no exercício.

## **C. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Propõe-se à Assembleia a eleição do seguinte candidato ao Conselho de Administração:

- 1) Edgar Rafael Safdie, brasileiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.091.748-10, com escritório profissional na Rua Padre João Manoel, 755, 11º andar, Jardins, CEP 01411-001, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração;

## **D. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018**

Propor a manutenção do limite global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, nos seguintes termos: (i) remuneração anual global dos membros da Diretoria no valor de até em R\$ 1.454.545,45 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos); (ii) remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Marcos Kassardjian  
Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (Art. 9º da ICVM 481)

As informações constantes do Anexo 9-1-II de que trata a ICVM 481 serão submetidas à apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2018.

## ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício.

2017 (R\$ mil)

(20.051)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Dividendo Obrigatório	2017 (R\$ mil)
Montante global	-
Valor por ação (em reais)	-

A Companhia não declarou ou pagou dividendos antecipados, nem juros sobre capital próprio durante o exercício de 2017, em função do prejuízo apurado.

- 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

2017 (%)

-

A Companhia não distribuiu lucro líquido durante o exercício de 2017, em função do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

- 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

A Companhia não distribuiu dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

	2017 (R\$ mil)	Por Ação	2016 (R\$ mil)	Por Ação	2015 (R\$ mil)	Por Ação
Dividendo	-	-	-	-	-	-
JCP (bruto)	-	-	-	-	-	-
JCP (líquido)	-	-	-	-	-	-

A Companhia não distribuiu dividendos, em função do prejuízo apurado durante os exercícios de 2015 e 2016 e 2017.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

**c. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Não aplicável, tendo em vista que não foram declarados dividendos.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**

2017 (R\$ mil)

-

Não aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em resultados apurados nos exercícios anteriores.

**a. Informar a data dos respectivos pagamentos.**

Não aplicável, tendo em vista que não houve pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, em razão do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 2 (dois) exercícios anteriores.**

2016 (R\$ mil)	2016 (R\$ mil)	
(20.051)	(18.368)	(

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 2 (dois) exercícios anteriores.**

-	2017 (R\$ mil)	2016 (R\$ mil)
Dividendo	--	-
JCP (Bruto)	-	-

Não aplicável, tendo em vista que não houve pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, em razão do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal.**

2017 (R\$ mil)
-

Não aplicável, em razão do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**

Não aplicável.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.**

A Companhia não possui ações preferenciais, sendo seu capital social representado exclusivamente por ações ordinárias.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**

Não houve lucro nos 3 últimos exercícios

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório.**

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Não há previsão de dividendo obrigatório no estatuto social da Companhia.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

Não aplicável.

- c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.**

- a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.**

- a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.**

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, houve prejuízo líquido apurado no exercício.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

De acordo com o artigo 32 do estatuto social da companhia dos resultados verificados no exercício, após as deduções previstas em lei e após a dedução, observadas as restrições legais, de até 10% (dez por cento) a título de participação dos administradores, será dada a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) quando necessária importância quantificada e devidamente justificada pelos administradores, para a formação de Reservas para Contingências, na forma da legislação;

(iii) 30% (trinta por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos;

(iv) retenção de lucros, na forma da legislação; e

(v) o saldo que se verificar, depois das deduções acima, será distribuído aos Acionistas na forma de dividendos.

§1º -Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei.

§2º -Os dividendos não reclamados em 03 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

§3º -Da participação dos lucros atribuída aos administradores, somente será distribuída nos exercícios em que forem distribuídos aos acionistas dividendos e/ou juros sobre o capital, e será pago 15 (quinze) dias após ter sido creditado aos acionistas os dividendos e/ou juros sobre o capital.

- b. Identificar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação à reserva tendo em vista que houve prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 20167.

Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.**

- a. Identificar o montante da retenção.

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital, tendo em vista que houve prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não há orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.**

- a. Informar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação à reserva de incentivos fiscais, tendo em vista que houve prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

- b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.



ANEXO II  
COMENTÁRIOS DOS DIRETORES  
(Item 10 do Anexo 24 à ICVM 480)

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2017 foi marcado por uma grande safra em volume de frutas, principalmente na variedade Fuji gerando um excedente de volume tão importante ao ponto de ter havido venda de frutas in natura (não embaladas) direta de produtores aos distribuidores, o que acabou provocando excesso de oferta de fruta para comercialização no primeiro semestre do ano. Como consequência, os preços praticados sofreram grande pressão de baixa e, diferentemente do verificado historicamente, não ocorreram as habituais recuperações dos preços durante o segundo semestre.

Para a Companhia, o grande volume da safra levou ao aumento proporcional nos custos de produção o que, aliado aos baixos preços praticados, acabou prejudicando em muito as margens e o resultado da operação.

Tendo seu fluxo de caixa suprimido pelas margens ruins, no início do segundo semestre de 2017, a Companhia viu-se diante da difícil situação de não possuir capacidade financeira de dar continuidade na produção para a safra seguinte em todas as suas áreas, sendo forçada a promover a devolução de grande parte de pomares antes do término do período de arrendamento.

De modo a compatibilizar a situação financeira e patrimonial da Companhia com as suas atividades e geração de caixa atual, fez-se então necessário a adequação do quadro de funcionário ao novo tamanho da área de produção, bem como o pedido de recuperação judicial, a fim de preservar o patrimônio da Companhia frente aos seus credores, propiciar a sua reorganização, inclusive financeira, e a negociação de seus passivos, com a continuidade da atividade empresária.

**Comercialização Mercado Interno**

A receita líquida ao longo do ano de 2017 foi de R\$ 44,7 milhões, uma redução nominal de 1,7%, em comparação com o ano de 2016 (R\$ 45,5 milhões). O preço médio praticado em 2017 foi de R\$ 1,86 por kg para a fruta (sem considerar a maçã industrial) quando em 2016 o preço médio praticado foi de R\$ 2,70 por kg, portanto, uma redução superior a 31 % nos preços em relação ao ano anterior.

Já o volume total comercializado neste período foi de 36,8 mil toneladas (contra 22,7 mil toneladas em 2016), o que representa variação percentual positiva de 62,1%. A variação negativa de preços ao longo do ano, por conta do excesso de oferta de fruta da safra, combinada com o aumento nominal dos custos acabou provocando geração de resultado operacional negativo da Companhia no ano.

Excluindo o impacto das despesas não recorrentes, a Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) apresentou resultado operacional (EBITDA) negativo de R\$ 9,0 milhões em 2017 (EBITDA negativo de R\$ 6,6 milhões de 2016), uma piora de 36,4 % sobre equivalente anterior.

O Prejuízo Líquido em 2017 foi de R\$ 20 milhões, frente a R\$ 18,4 milhões de Prejuízo Líquido em 2016 observando-se um aumento de 8,7 %.

### **Resultados Financeiros**

A consequência de todos os pontos citados levou a Companhia a uma situação de forte constrangimento financeiro, impossibilitando a continuidade de produção sobre diversas áreas de pomares, sendo praticamente forçada a devolver aproximadamente 300 hectares de pomares arrendados, com consequente dispensa de vários colaboradores.

Adicionalmente a tais medidas, a Administração aprovou uma chamada de recursos, via aumento de capital social, conforme aprovado em RCA de 29 de novembro de 2017, mediante a emissão de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado, no valor máximo de R\$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais) mediante emissão, para subscrição privada, de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Aumento de Capital”). Encerrado o período de preferência, houve baixa adesão por parte dos acionistas, sendo o aumento de capital homologado pela Conselho de Administração no valor de R\$ 96.328,50 (noventa e seis mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)..

O acúmulo de obrigações pendentes, diante de uma expectativa de produção muito inferior, em vista da redução da área de pomares, levou à necessidade de recorrer à proteção da Lei com o objetivo de preservação da atividade e, no dia 25 de janeiro de 2018, a Companhia ingressou com Pedido de Recuperação Judicial, cujo processamento foi deferido na mesma data. Encontra-se atualmente em curso o prazo para apresentação do plano de recuperação judicial, que está sendo elaborado e discutido entre a Companhia e seus assessores legais e financeiros.

#### **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

##### **i. Hipóteses de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas.

##### **ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não aplicável.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

O acúmulo de obrigações pendentes diante de uma expectativa de produção muito inferior em vista da redução da área de pomares levaram à necessidade de recorrer à proteção da Lei com o objetivo de preservação da atividade e, no dia 25 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com Pedido de Recuperação Judicial, cujo processamento foi deferido na mesma data. Encontra-se atualmente em curso o prazo para apresentação do plano de recuperação judicial, que está sendo elaborado e discutido entre a Companhia e seus assessores legais e financeiros.

A direção em conjunto com seus colaboradores tem agora a missão de elaboração do plano de recuperação que será, nos prazos determinados pela Lei, apresentado à Assembleia de credores para apreciação e votação.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A captação de recursos junto aos acionistas aliada aos empréstimos e financiamentos , , , foram as principais fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes realizados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam o montante de R\$ 46,5 milhões.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia espera utilizar financiamentos junto a instituições financeiras para obter linhas de crédito para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

Pode-se ainda recorrer a mútuos com partes relacionadas para a obtenção de empréstimos, com base em contratos sujeitos a juros de mercado, no intuito de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A Companhia terminou o ano de 2017 com um endividamento total de R\$ 85,4 milhões, incluindo financiamentos PESA

O quadro abaixo apresenta a composição de empréstimos e financiamentos dos exercícios de 2017, 2016 .

Instituições Financeiras	Taxa anual contrato	Controladora		Consolidado	
		31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<b>Circulante</b>					
BRDE - Renegociação	TR	-	-	38.918	40
Duplicatas Descontadas/ Sifra	Mercado	-	340	905	700
NBC Bank	14,74%	-	97	-	97
Saldo Bancario Devedora	NT	72	65	72	65
Fidc Empirica SIFRA	Mercado	2.038	1.575	2.038	1.575
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	31	29	31	29
B. Daycoval S/A	CDI	2.121	2.000	2.121	2.000
B. Daycoval S/A	CDI	32	3	32	3
		<u>4.294</u>	<u>4.109</u>	<u>44.117</u>	<u>4.509</u>
<b>Não Circulante</b>					
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	29	-	29	-
BRDE - Renegociação	TJLP + juros	17.812	15.920	17.812	52.701
		<u>17.841</u>	<u>15.920</u>	<u>17.841</u>	<u>52.701</u>

Em linhas gerais, o aumento verificado nos números consolidados de empréstimos e financiamentos está relacionado aos seguintes aspectos: descontos de duplicatas realizados pela Controladora junto ao Banco Sifra e utilização de crédito de conta garantida junto ao Banco Daycoval (também pela controladora).

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

Financiamentos PESA

**Controladora**

Pomifrutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM +4,57%	2022	5.218	4.621	597
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM +4,57%	2018	1.000	898	102
BRADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM +4,57%	2020	6.395	4.554	1.841
BANCO DO BRASIL - BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM +4,57%	2022	7.822	4.617	3.205
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM +3%	2022	63	-	63
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	9.178	6.687	2.491
BRDE 2.1105401-8 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2021	5.199	4.634	565
BRDE 10771Finame - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	95	72	23
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	94	72	22
<b>TOTAL</b>				<b>35.064</b>	<b>26.155</b>	<b>8.909</b>

**Controlada**

Pomifrai Fruticultura S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
BRADESCO 80001	Imóveis	IGPM +4,57%	2018	16.832	15.133	1.699
BADESC 93084100-0	Imóveis	IGPM +4,57%	2018	1.195	1.078	117
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242	Imóveis	IGPM +4,57%	2022	9.577	5.543	4.034
BRDE 7691- PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	15.809	12.081	3.728
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2022	4.737	2.716	2.021
BRDE 10989/13615-01- PESA	Imóveis	IGPM +3%	2022	6.899	3.966	2.933
<b>TOTAL</b>				<b>55.049</b>	<b>40.517</b>	<b>14.532</b>
<b>Total Consolidado</b>				<b>90.113</b>	<b>66.672</b>	<b>23.441</b>

**BRDE – Renegociação (empréstimos securitizados)**

Conforme fato relevante divulgado ao mercado, em 15 de dezembro de 2016 a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas (consolidadas) com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), principal credor da Companhia. Referida renegociação incluiu possibilidade de dação em pagamento de ativos não produtivos da Companhia, e a obtenção de substancial bônus de adimplemento. O acordo envolve (i) no tocante à Controladora Pomifrutas, o equacionamento da dívida de R\$20,1 milhões com o BRDE mediante alienação fiduciária de imóveis, prazo de 25 meses para pagamento e carência total até vencimento; (ii) no tocante à Controlada Pomifrai, a consolidação do saldo devedor em R\$36,7 milhões, com a sua divisão em dois sub-créditos: (a) subcrédito “A”, com prazo de pagamento de 10 anos e 2 anos de carência, com bônus de adimplemento (0,5 : 1 a 0,4 : 1) para antecipações durante a carência; e (b) sub-crédito “B”, com vencimento em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito “A” representará bônus de adimplemento em relação ao sub-crédito “B”; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

No tocante à dívida da Pomifrutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplemento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, representará a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia seja totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito “A” até 31/12/2018, isso poderá representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplemento do sub-crédito “A” e do “B”).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Todas as operações descritas nos itens acima são celebradas mediante a outorga de garantias reais.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos de financiamento da Companhia possuem cláusulas usuais para operações desta natureza, incluindo restrições para alienação de controle e índices financeiros.

#### **g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

No ramo de atividade agrícola, basicamente, todos os investimento/linhas de crédito tem uma destinação específica e por vezes pontual, portanto, sua liberação fica condicionada à comprovação de sua destinação.

- Custeio – Direcionado principalmente à aquisição de insumos agrícolas.
- Aumento da capacidade de armazenagem – Linha específica para ampliação e reforma de câmaras frigoríficas.
- Frota – Destinada exclusivamente a aquisição de tratores e pulverizadores.
- Capital de Giro – Manutenção do fluxo de caixa.

#### **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

A seguir, a Companhia apresenta os dados consolidados das demonstrações de resultados encerrados em 31 de dezembro de , 2017 e 2016.

**QUADRO 2**
**POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Venda de mercadorias	30.928	34.734	42.937	43.831
Venda de polpa	-	199	-	229
Venda de mercadorias - exportação	2.334	339	2.334	1.286
Venda de serviços	506	1.938	513	2.004
<b>Receita bruta</b>	<b>33.768</b>	<b>37.210</b>	<b>45.783</b>	<b>47.350</b>
Devoluções e abatimentos	(107)	(257)	(118)	(742)
Impostos	(935)	(1.087)	(936)	(1.098)
<b>Deduções</b>	<b>(1.042)</b>	<b>(1.344)</b>	<b>(1.054)</b>	<b>(1.840)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>32.725</b>	<b>35.866</b>	<b>44.730</b>	<b>45.510</b>
<b>Custo das mercadorias e serviços</b>	<b>(33.399)</b>	<b>(37.926)</b>	<b>(49.154)</b>	<b>(48.701)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO (nota 27)</b>	<b>(674)</b>	<b>(2.060)</b>	<b>(4.424)</b>	<b>(3.191)</b>
Despesas gerais e administrativas (nota 28)	(5.658)	(4.289)	(6.368)	(5.835)
Despesas comerciais e de distribuição	(1.702)	(1.420)	(1.753)	(1.600)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 13)	(3.120)	(5.455)	-	-
Despesas extraordinárias (nota 29)	(227)	(2.669)	(227)	(2.669)
Outras receitas (despesas) (nota 30)	(8.293)	6	(8.909)	515
<b>Receitas e despesas operacionais líquidas</b>	<b>(19.001)</b>	<b>(13.827)</b>	<b>(17.257)</b>	<b>(9.589)</b>
Despesas financeiras	(6.424)	(6.581)	(11.968)	(16.447)
Receitas financeiras	6.042	4.067	12.989	10.350
<b>Resultado financeiro líquido (nota 31)</b>	<b>(382)</b>	<b>(2.514)</b>	<b>1.021</b>	<b>(6.097)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>	<b>(20.057)</b>	<b>(18.401)</b>	<b>(20.661)</b>	<b>(18.877)</b>
IR e CS Diferidos	6	33	609	509
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(20.051)</b>	<b>(18.368)</b>	<b>(20.051)</b>	<b>(18.368)</b>
<b>Por Ação</b>	<b>(1,6791)</b>	<b>(1,5381)</b>	<b>(1,6791)</b>	<b>(1,5381)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 1**
**POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>		PASSIVO	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	59	62	67	65	Fornecedores (nota 16)	6.060	15.128	4.973	5.538
Clientes (nota 6)	36	550	1.624	720	Empréstimos e financiamentos (nota 17)	4.294	4.109	44.117	4.509
Estoques (nota 7)	5.422	9.214	5.445	9.876	Financiamentos PESA (nota 18)	435	645	2.329	1.559
Tributos a recuperar (nota 8)	183	198	509	376	Salários e encargos sociais (nota 19)	1.640	1.830	1.682	1.855
Adiantamentos (nota 9)	401	10.032	487	10.091	Salários e encargos sociais - Parcelamento ( nota 20)	2.835	1.804	2.854	1.845
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	140	2.273	410	2.273	Obrigações tributárias	562	549	2.226	1.909
Outras contas a receber	33	10	32	10	Obrigações tributárias - Parcelamento ( nota 21)	224	91	228	194
Despesas de exercícios seguintes(11)	92	533	321	988	Adiantamentos de clientes	2	57	153	140
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>6.366</b>	<b>22.872</b>	<b>8.895</b>	<b>24.399</b>	Partes relacionadas (nota22)	30.704	23.565	2.994	2.473
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					Outras obrigações (nota 23)	2.150	2.188	2.348	2.392
Depósitos judiciais (nota 12)	323	373	1.286	1.303	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>48.906</b>	<b>49.966</b>	<b>63.904</b>	<b>22.414</b>
Tributos a recuperar (nota 8)	1.974	1.722	3.254	3.077	<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	1.800	1.800	3.700	4.238	Empréstimos e financiamentos (nota 17)	17.841	15.920	17.841	52.701
Aplicação Financeira (nota 5)	-	-	-	300	Financiamentos PESA (nota 18)	8.474	11.597	21.112	30.383
Outras contas a receber	64	58	275	269	Salários e encargos sociais - Parcelamento ( nota 20)	895	3.315	895	3.330
Despesas de exercícios seguintes (11)	10	1.336	801	4.077	Obrigações tributárias - Parcelamento (nota 21)	817	343	817	1.131
Investimentos (nota 13)	1	1	-	-	Tributos diferidos sobre reavaliação	3.484	3.489	8.450	9.060
Propriedade para investimento (nota 14)	17.592	17.583	17.592	17.583	Provisão para contingências (nota 24)	1.189	986	1.343	1.189
Imobilizado (nota 15)	2.020	5.799	28.599	37.226	Provisão para preço mínimo de ações (nota 24)	3.152	3.152	3.152	3.152
Intangível	41	45	253	263	Provisão para perdas em investimentos (nota 13)	3.166	45	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>23.825</b>	<b>28.717</b>	<b>55.760</b>	<b>68.336</b>	Outras obrigações (nota 23)	4.000	4.457	8.874	11.056
					<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>43.018</b>	<b>43.304</b>	<b>62.484</b>	<b>112.002</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>30.191</b>	<b>51.589</b>	<b>64.655</b>	<b>92.735</b>	<b>PASSIVO A DESCOBERTO (nota 25)</b>				
					Capital social	142.652	142.652	142.652	142.652
					Reserva de reavaliação	6.513	6.507	6.513	6.507
					Reservas de lucros	35	35	35	35
					Prejuízos acumulados	(210.933)	(190.875)	(210.933)	(190.875)
					<b>Total passivo descoberto</b>	<b>(61.733)</b>	<b>(41.681)</b>	<b>(61.733)</b>	<b>(41.681)</b>
					<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>30.191</b>	<b>51.589</b>	<b>64.655</b>	<b>92.735</b> <sup>16</sup>



**Comentários sobre a Demonstração de Resultado**

Os comentários abaixo são adicionais àqueles constantes dos itens 10.1, “a” a “c” acima.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<b>Cirulante</b>				
Caixa	-	6	-	6
Banco conta movimento	59	56	67	59
	<u>59</u>	<u>62</u>	<u>67</u>	<u>65</u>
<b>Não Cirulante</b>				
Aplicações financeiras	-	-	-	300
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>300</u>

Cientes

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Duplicatas a receber	482	1.034	2.259	1.384
Provisão para crédito de liquidação	(446)	(484)	(635)	(665)
	<u>36</u>	<u>550</u>	<u>1.624</u>	<u>720</u>

A partir do 2º trimestre de 2017, a Companhia passou a concentrar o faturamento de vendas na controlada Pomifrai Fruticultura S.A., ocasionando uma queda nos saldos a receber da controladora em relação ao exercício de 2016.

No consolidado, o aumento nas “Duplicatas a receber”, em comparação ao exercício anterior se deve a uma situação atípica ocorrida nos recebíveis de 2016, onde seus saldos estavam muito abaixo dos níveis normais devido à baixa produção/venda do último trimestre daquele ano

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
A vencer	18	407	573	460
Vencidas				
Até 30 dias	17	23	466	60
31 a 60 dias	0	109	153	166
61 a 90 dias	1	11	1	33
91 a 180 dias	75	215	495	249
a mais de 180 dias	371	269	571	416
	<u>482</u>	<u>1.034</u>	<u>2.259</u>	<u>1.384</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/dez/16	31/12/2017	31/dez/16
Saldo inicial	(484)	(1.235)	(665)	(2.659)
Adições	(71)	(371)	(87)	(438)
Recuperações	109	1.122	117	2.432
	<u>(446)</u>	<u>(484)</u>	<u>(635)</u>	<u>(665)</u>

A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

### Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Produtos em formação (safra da maçã)	4.375	7.092	4.375	7.092
Material consumo e reposição	1.047	1.625	1.070	2.181
Maçãs próprias	-	140	-	140
Outros	-	357	-	463
	<u>5.422</u>	<u>9.214</u>	<u>5.445</u>	<u>9.876</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

#### Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<b>Circulante</b>				
Cofins	-	-	201	-
IRPJ	133	133	147	222
PIS	-	-	47	-
ICMS	-	1	-	1
CSLL	47	47	56	86
IRRF sobre aplicação financeira	-	14	41	51
Contribuição social sobre lucro	3	3	17	16
	<u>183</u>	<u>198</u>	<u>509</u>	<u>376</u>
<b>Não Circulante</b>				
Cofins	2.170	1.917	3.794	3.541
Pis	650	537	961	849
(-) Provisão de glosas	(846)	(732)	(1.501)	(1.313)
	<u>1.974</u>	<u>1.722</u>	<u>3.254</u>	<u>3.077</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

#### Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Adiantamento a fornecedores	5.193	10.513	5.278	11.137
Adiantamento de férias	8	41	8	41
Adiantamento de viagens	-	3	-	3
Adiantamento a funcionários	30	45	31	45
Provisão para perdas	(4.830)	(570)	(4.830)	(1.135)
	<u>401</u>	<u>10.032</u>	<u>487</u>	<u>10.091</u>

A queda ocorrida na rubrica “Adiantamento a fornecedores” é reflexo, substancialmente, do término da preparação da safra 2017/2018, e dos correspondentes acertos realizados com os produtores fomentados, realizado com base nas frutas por eles entregues à Companhia. Como resultado desta operação, a Companhia reavaliou sua expectativa de perdas em relação aos adiantamentos realizados, e atualizou sua estimativa de perdas para esses recebíveis.

### Alienação de Bens do Imobilizado

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<b>Circulante</b>				
Área de 1.234.200,00 m <sup>2</sup>	-	-	270	-
Área de 2.304.100,00 m <sup>2</sup>	140	88	140	88
Área de 4.183.669,38 m <sup>2</sup>	-	2.185	-	2.185
	<u>140</u>	<u>2.273</u>	<u>410</u>	<u>2.273</u>
<b>Não Circulante</b>				
Área de 1.234.200,00 m <sup>2</sup>	-	-	-	538
Área de 2.172.520,00 m <sup>2</sup>	-	-	1.900	1.900
Área de 4.183.669,38 m <sup>2</sup>	1.800	1.800	1.800	1.800
	<u>1.800</u>	<u>1.800</u>	<u>3.700</u>	<u>4.238</u>

Ao longo do exercício, a Companhia regularizou antigas pendências documentais relativas a diversas áreas, e como consequência celebrou acordos de recebimento para quitação dos débitos em aberto, reduzindo de forma significativa o saldo desta rubrica.

### Propriedade para Investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	17.592	17.583	17.592	17.583
	<u>17.592</u>	<u>17.583</u>	<u>17.592</u>	<u>17.583</u>

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.592. Pelo fato da Companhia não estar utilizando, neste momento, esse imóvel em suas atividades operacionais. Este imóvel foi dado em garantia (alienação fiduciária) na renegociação da dívida junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – (BRDE), entretanto, a sua baixa efetiva, e transferência de posse à Instituição Financeira, ocorrerão somente na quitação efetiva da operação.

### Imobilizado

### Controladora

	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>4.763</b>	<b>177</b>	<b>(2.799)</b>	<b>(520)</b>	<b>1.621</b>
Edificações	444	-	(426)	(11)	7
Benfeitorias	443	65	(90)	(61)	357
Culturas Permanentes	2.307	-	(2.080)	(227)	-
Máquinas e Equipamentos	1.357	23	(72)	(174)	1.134
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-
Veículos e Tratores	120	61	(100)	(25)	56
Móveis e Utensílios	92	28	(32)	(21)	67
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>
Vestário/Banheiros Vacaria	26	-	-	(1)	25
<b>Imobilizações em Andamento</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Benfeitorias	-	3	(3)	-	-
<b>Reavaliações</b>	<b>1.010</b>	<b>-</b>	<b>(611)</b>	<b>(25)</b>	<b>374</b>
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	(528)	(15)	1
Culturas Permanentes	94	-	(83)	(10)	1
	<u>5.799</u>	<u>180</u>	<u>(3.413)</u>	<u>(545)</u>	<u>2.020</u>

### Consolidado

	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>18.022</b>	<b>293</b>	<b>(4.548)</b>	<b>(1.957)</b>	<b>11.808</b>
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	7.499	47	(640)	(366)	6.540
Benfeitorias	934	75	(92)	(115)	802
Culturas Permanentes	4.816	-	(3.825)	(600)	391
Maquinas e Equipamentos	4.359	82	225	(811)	3.854
Veículos e Tratores	205	61	(157)	(36)	72
Camaras Frigoríficas	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	145	28	(59)	(29)	85
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>25</b>
Vestário/Banheiros Vacaria	26	-	-	(1)	25
<b>Imobilizações em andamento</b>	<b>129</b>	<b>4</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>114</b>
Benfeitorias	15	4	(19)	-	-
Florestas em formação	114	-	-	-	114
<b>Reavaliações</b>	<b>1.010</b>	<b>-</b>	<b>(611)</b>	<b>(25)</b>	<b>374</b>
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	(528)	(15)	1
Culturas Permanentes	94	-	(83)	(10)	1
<b>Ajuste Patrimonial</b>	<b>18.039</b>	<b>-</b>	<b>(206)</b>	<b>(1.555)</b>	<b>16.278</b>
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.813	-	(57)	(106)	1.650
Benfeitorias	3	-	-	-	3
Maquinas e Equipamentos	4.628	-	(13)	(774)	3.841
Câmaras Frigoríficas	10.414	-	294	(565)	10.143
Veículos e Tratores	595	-	(423)	(107)	65
Móveis e Utensílios	18	-	(7)	(3)	8
	<u>37.226</u>	<u>297</u>	<u>(5.384)</u>	<u>(3.538)</u>	<u>28.599</u>

### Partes Relacionadas

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativos às operações com Partes Relacionadas decorrem de transações centre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições

usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	27.725	21.092	-	-
Débitos com acionistas	2.979	2.473	2.979	2.473
Mútuos com diretores	-	-	15	-
	<u>30.704</u>	<u>23.565</u>	<u>2.994</u>	<u>2.473</u>

### Obrigações em Contingência

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas e civis.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contingências trabalhistas	136	148	140	169
Contingências cíveis	400	184	550	365
Contingências tributárias	653	654	653	655
	<u>1.189</u>	<u>986</u>	<u>1.343</u>	<u>1.189</u>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 31 de dezembro de 2017, existe o montante de R\$6.300 mil em contingências (probabilidade de perda possível), além dos processos provisionados demonstrados

### Contingências Trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/16	148	169
Constituição	159	159
Reversões	(171)	(188)
Saldo em 31/12/17	<u>136</u>	<u>140</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controladora é parte em 23 ações trabalhistas (21 ações com probabilidade de perda possíveis e 02 remotas), acrescida de 1 ação trabalhista na controlada (1 possível).

Contingencias Cíveis

<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	184	365
Constituição	279	279
Reversões	(63)	(94)
Saldo em 31/12/17	<u>400</u>	<u>550</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controladora é parte em 19 ações cíveis, sendo que (08 possíveis, 03 remotas, 02 provável), acrescida de 06 ações cíveis na controlada, (02 remota e 03 possíveis, 01 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$400 e R\$550, respectivamente.

Provisão para Garantia de Preço Mínimo (em reais)

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha a companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

**a) Resultados das operações do emissor, em especial:**

Conforme mencionado anteriormente, sem acréscimos.

**Inflação**

O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos (insumos) e despesas operacionais denominadas em reais e que são reajustados pela inflação. Junto à oscilação do preço de seu principal produto – a maçã – o resultado financeiro da Companhia pode ser afetado, tendo em vista reajustes de custos e despesas em reais em relação ao preço médio da maçã na qual a Companhia consegue executar suas vendas e exportações.

**Taxa de Juros**

O resultado das nossas operações também está exposto às variações das taxas de juros. Contratamos empréstimos e financiamentos incorridos em reais, os quais são em sua maioria reajustados com base na TJLP, IGPM e CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro nos afetam indiretamente, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de nossos produtos. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à redução da atividade de consumo, afetando também indiretamente a venda de nossos produtos.

Não há fatores de exposição significativa à taxa cambial..

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional

#### **b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante

#### **c) eventos ou operações não usuais**

O acúmulo de obrigações pendentes, diante de uma expectativa de produção muito inferior, em vista da redução da área de pomares, levou à necessidade de recorrer à proteção da Lei com o objetivo de preservação da atividade e, no dia 25 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com Pedido de Recuperação Judicial, que teve seu deferimento na mesma data.

### **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

#### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

##### *Pronunciamentos novos ou revisados aplicadas pela primeira vez em 2017*

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB e CPC, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

##### *Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017*

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo representadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável quando entrarem em vigência

- *Alterações à IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações (Vigência a partir de 01/01/2018)*

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que as alterações não produzirão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

- *IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)*



Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo na adoção desta norma.

- *IFRS 15 / CPC 47 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)*

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia atua no cultivo e comercialização de maçãs, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros, configurando-se como uma única obrigação de desempenho. A Companhia entende que a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto em sua receita e resultado, uma vez que espera que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

- *IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)*

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil), emitida em janeiro de 2016 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia avaliou de forma preliminar e entende que a norma pode gerar impactos em suas demonstrações financeiras. A avaliação quantitativa do efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras será realizada durante o ano de 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido (passivo a descoberto) divulgado pela Companhia.

#### **b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

##### Ressalva

Não se aplica

### Ênfase

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, até 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantinha registrado na rubrica Parcelamento de Tributos (“INSS”) os montantes de R\$4.417 mil e R\$4.476 mil, na Companhia e Consolidado, respectivamente. No último trimestre de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, foram reconhecidos os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, e os referidos débitos foram integralmente liquidados com a utilização de prejuízos fiscais. Entretanto, até o presente momento, os referidos débitos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **10.5 - Políticas contábeis críticas**

A Administração da Companhia entende que após os recentes ajustes, conforme já mencionado, não há políticas contábeis críticas.

### **10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

Na opinião da Diretoria da Companhia, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira consolidadas da Renar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, todavia manifesta-se no sentido que continuar a aprimorar seus controles

A Companhia engajou-se para adequação aos CPCs aplicáveis, que demandaram trabalhos/pareceres de empresa externa e qualificada.

#### **b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira consolidadas da Renar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

#### **a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica

**b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não

**c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não

**d) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável

#### **10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há.

#### **10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há.

**b) Natureza e o propósito da operação**

Não há.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há.

#### **10.10 - Plano de negócios**

**a) investimentos, incluindo:**

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não há.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em outras reuniões do Conselho de Administração, foi aprovada a alienação pontual de outros ativos imobiliários da Companhia. A alienação de tais bens teve por finalidade a redução do passivo da companhia e foi refletida nas demonstrações financeiras que se seguiram à aprovação dos planos de desmobilização e alienação de ativos.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c) Novos produtos e serviços, indicando:**

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos .em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

#### **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

Além do quanto incluído nos demais itens desta Seção 10, não há outros fatores relevantes que influenciaram o desempenho operacional da Companhia

ANEXO III

QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480)

**12.5. e 12.6. Composição e Experiência Profissional dos Candidatos ao Conselho de Administração Indicados pela Administração da Companhia**

**Edgar Rafael Safdie**, brasileiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.091.748-10, com escritório profissional na Rua Padre João Manoel, 755, 11º andar, Jardins, CEP 01411-001, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

**12.7 e 12.8. Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não conta com a existência de qualquer comitê estatutário.

**12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Não há.

**12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Não há.

ANEXO IV  
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES  
(Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480)

Assumindo a aprovação das Propostas da Administração acima, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia para o ano corrente (2018) terão como base as seguintes:

**13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da Diretoria não estatutária**

**a) Objetivos da política ou prática de remuneração**

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício social encerrado, após as deduções previstas em lei e após a dedução, observadas as restrições legais, será destinado até 10% (dez por cento) a título de participação dos administradores.

Em ata de assembleia geral ordinária, realizada em 30 de abril de 2018, foram fixados os valores da (i) remuneração anual global dos membros da Diretoria no valor de até em R\$ 1.454.545,45 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos); e (ii) remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

**b) Composição da remuneração, indicando:**

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por sua remuneração fixa mensal, com o objetivo de reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado

A remuneração dos membros da Diretoria é composta apenas por um valor global anual fixado pela assembleia geral.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração do Conselho de Administração é composta apenas por um valor fixo mensal

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste para o valor remunerado aos membros de cada órgão.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração é estabelecida visando adequar as condições de contratação praticadas no mercado de atuação da Companhia.

**c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não há.

**d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Dentro da remuneração global anual aprovada, haverá espaço para bonificações de acordo com o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

**e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração visa a seguir os parâmetros de mercado para que permita à empresa a contratação de profissionais adequados as suas necessidades. Eventuais remunerações variáveis somente serão praticadas quando houver resultado mensurável que agregue valor para a empresa e após aprovação do Conselho de Administração.



**f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há.

**g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há.

**13.2. Remuneração Total do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária**

(ano corrente – 2017)

Conselho de Administração

Número de Membros	5
Remuneração Fixa Anual (total)	
Salário ou Pro Labore	R\$116.650,00
Benefícios Diretos ou Indiretos	0
Remuneração por Participação em Comitês	0
Outros	0
Remuneração Variável (total)	
Bônus	0
Participação nos resultados	0
Remuneração por Participação em Reuniões	0
Comissões	0
Outros	0
Benefícios Pós Emprego	não há
Benefícios Motivados pela Cessação do exercício do cargo	não há
Remuneração baseada em Ações	
Valor	0
Total	0

(ano corrente – 2017)

Diretoria

Número de Membros	2
Remuneração Fixa Anual (total)	
Salário ou Pro Labore	R\$ 607.650,00
Benefícios Diretos ou Indiretos	0
Remuneração por Participação em Comitês	0
Outros	0
Remuneração Variável (total)	
Bônus	0

Participação nos resultados	0	
Remuneração por Participação em Reuniões	0	
Comissões	0	
Outros	0	
Benefícios Pós Emprego	não há	
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	não há	
Remuneração baseada em Ações		
Valor		Não ha
Total		Não ha

A remuneração a ser proposta para o exercício de 2018 mantém os valores observados no exercício de 2017 tanto para o Conselho de Administração quanto para a Administração da Companhia.

### **13.3. Remuneração variável do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária**

Não há.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária**

Este tipo de remuneração relativamente ao Conselho de Administração ou quaisquer outros órgãos estatutários ou não estatutários não está definido pela Companhia.

#### **a) Termos e condições gerais**

Não há. **b) Principais objetivos do plano**

Não há.

#### **c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Não ha

#### **d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

Vide itens b e c acima.

#### **e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

Vide itens b e c acima.

#### **f) Número máximo de ações abrangidas**

Nao há.

#### **g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

Não ha

**h) Condições de aquisição de ações**

Não há.

**i) Critérios para fixação do prazo de exercício**

Não há.

**j) Forma de liquidação**

Não há.

**k) Restrições à transferência das ações**

Não há.

**l) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Não há.

**m) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não há.

**13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

ÓRGÃO	Ações <sup>1</sup>	
	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Diretoria		
Conselho de Administração		
Conselho Fiscal		
TOTAL		

(1) Data base: 31/12/2017

**13.6. - Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária**

Não aplicável

**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - método de precificação do valor das ações e das opções**

Não há outras informações relevantes para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8.

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários**

Nenhum plano de previdência é conferido aos Diretores ou membros do Conselho de Administração da Companhia.

**13.11. Remuneração individual máxima, mínima, média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal**

Relativamente à proposta da administração para o exercício social de 2018, o valor individual da remuneração dos Diretores terá a mesma base dos valores observado em 2017.

Conselho de Administração	2017 (R\$)
Nº de membros	3
Valor da maior remuneração(Reais)*	30.450,00 (ano)
Valor da menor remuneração(Reais)*	30.450,00 (ano)
Valor médio da remuneração(Reais)*	30.450,00(ano)

Diretoria	2017 (R\$)
Nº de membros	2
Valor da maior remuneração(Reais)*	303.825,00 (ano)
Valor da menor remuneração(Reais)*	303.825,00 (ano)
Valor médio da remuneração(Reais)*	303.825,00 (ano)

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não há.

**13.13. - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração e da diretoria estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Não há.

**13.14. - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Alguns membros da antiga Diretoria da Companhia, que ocupavam os cargos antes da mudança de controle que resultou na entrada da atual administração da Companhia, participaram, direta ou indiretamente, das sociedades Excéla Gestão e Negócios Ltda.; Valor Associados Gestão de Negócios e Investimentos Ltda.; RB – Administração e Participações Ltda.; e Private Consultoria e Serviços Ltda., as quais foram contratadas pela Companhia, antes da mudança de controle, para a prestação de serviços de gestão interina. Os valores desembolsados pela Companhia nos termos de tais contratos, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, estão discriminados no quadro abaixo:

Órgão	2015	2016	2017	Total
Diretoria	R\$1.088.479	-	-	R\$1.088.479

**13.15. - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Não há.

**13.16. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações julgadas relevantes.